

Com as mãos sujas

JORNAL DA TARDE

JOSÉ NEUMANNÉ

16 SET 1993



Todo esse embrulho, provocado pelo decreto legislativo favorecendo os dois sequestradores canadenses do empresário brasileiro Abílio Diniz, acaba por revelar uma das mais terríveis doenças do sistema institucional brasileiro. Essa doença pode ser classificada de "a síndrome de Pôncio Pilatos". Sua principal manifestação é a transferência imediata de responsabilidade para alguém ao lado.

O Pequeno Príncipe, clássico personagem do escritor e aviador francês Antoine de Saint Exupéry, cunhou, entre as muitas lições que transmitiu a vencedoras de concursos de beleza pelo mundo afora, no Brasil em particular, a sentença segundo a qual "você é responsável pelas pessoas que cativa". Os políticos brasileiros podem ser acusados, entre muitos outros crimes cometidos contra seu próprio eleitorado, do pecado fundamental da sedução irresponsável. Pois eles seduzem os eleitores à época das eleições e, na primeira oportunidade, pulam fora do alcance da cobrança de qualquer um deles.

A recente defesa feita pelo presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), em rede nacional de rádio e televisão, chamou a atenção da imprensa e dos meios de comunicação em geral pelo desapreço à soberania nacional. Tal desapreço foi demonstrado pelo ilustre parlamentar, ao repetir, sem tirar nem pôr, não apenas argumentos, mas até mesmo, palavras e frases inteiras de um comunicado da embaixada do Canadá à opinião pública nacional. No entanto, o que mais chama a

COMPORTAR-SE COMO PÔNCIO PILATOS NÃO CREDENCIA O CONGRESSO NACIONAL A REIVINDICAR O RESPEITO DA NAÇÃO

atenção em sua defesa institucional do Poder Legislativo é, justamente, a tentativa de transferir para outro poder, o Executivo, a responsabilidade por uma atitude isolada dele, com a qual o poder chamado à responsabilidade nada tinha a ver.

O Congresso Nacional votou um decreto legislativo autorizando o intercâmbio de presos canadenses, condenados pela Justiça brasileira por crimes cometidos no Brasil, por presos brasileiros cumprindo pena no Canadá, ao arrepio de considerações elementares sobre soberania ou impunidade. Não houve nenhuma manifestação do presidente da República, do ministro da Justiça ou do Poder Judiciário solicitando tal medida.

Ela se deveu apenas à pressão do embaixador do Canadá so-

bre os congressistas brasileiros, numa atitude típica da promiscuidade brasiliense. Em Brasília, embaixadores, congressistas, funcionários da administração pública federal de todos os escalões importantes, juízes e comandantes militares convivem promiscuamente, uns pedindo e obtendo favores dos outros, levando muito pouco em consideração o interesse público.

Assim ocorreu no episódio: o embaixador, interessado em defender os interesses dos canadenses David Spencer e Christine Lamont, trabalhou pela aprovação do decreto legislativo, feito sob medida para os dois criminosos. Os parlamentares foram docemente constrangidos a aprovar o decreto, seja por interesse, seja por amizade ou, ainda, por indiferença.

Pois, na verdade, muitos deles assinam pedidos do gênero sem ler e votam no plenário textos legais sem conhecimento do alcance das medidas aprovadas.

A verdade é que o governo federal nada teve com o trâmite do decreto em questão. Portanto, não cabe ao Congresso Nacional transferir, mais uma vez, a responsabilidade por seus equívocos para as mãos e as costas largas do presidente da República. Certa ou errada, constitucional ou não, a providência legal determinada pelo Parlamento brasileiro é de sua exclusiva responsabilidade. Não há, portanto, sentido algum em justificar sua existência, como o fez o senador paraibano, tendo como base o argumento de que o decreto legislativo depende de sanção presidencial.

O exercício do poder requer o mínimo de responsabilidade. Comportar-se como Pôncio Pilatos não credencia o Congresso Nacional a reivindicar o respeito da Nação que, teoricamente, representa. Até porque o cônsul romano na Judeia tentou lavar das mãos o sangue do Justo. Ao se eximir da responsabilidade por seus próprios atos, o poder Legislativo brasileiro exibe a seus representados mãos sujas, e não apenas de sangue inocente de cidadãos brasileiros. Os argumentos lidos pelo senador na televisão, mesmo traduzidos do francês ou do inglês, não resistem à força dos fatos.

O AUTOR

José Nêumanné,
jornalista
e escritor,
é autor de

A República na Lama.

